

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.925, DE 2008

Dispõe sobre a alienação de áreas públicas rurais no Distrito Federal e dá outras providências.

Autor: Deputado RODRIGO ROLLEMBERG.

Relator: Deputado TADEU FILIPPELLI.

I - RELATÓRIO

Apresentado pelo Deputado Rodrigo Rollemberg, o Projeto de Lei nº 2.925, de 2008, tem duas finalidades essenciais:

- Transferir para a alçada do Poder Executivo do Distrito Federal **a administração e a fiscalização das Áreas de Proteção Ambiental – APAS**, localizadas no território do Distrito Federal; e
- Autorizar a alienação das áreas públicas rurais, **pertencentes ao Distrito Federal**, aos seus ocupantes, independentemente de processos licitatórios.

A **Justificação** da proposição apresente as seguintes razões motivadoras:

A vigente Constituição da República Federativa do Brasil, repetindo preceitos de constituições anteriores, afirma que todos os brasileiros são iguais perante a lei. A todos, sem distinção de qualquer natureza, são assegurados os direitos fundamentais ao exercício da cidadania, inclusive o direito de acesso a propriedade.

*O capítulo III do Título VII da Constituição da República, é dedicado à política agrícola e fundiária e à reforma agrária constitucional e é, portanto a tutela deste Capítulo e dá legislação infraconstitucional por ele recepcionada **que deve incidir sobre o processo de alienação das terras públicas do Distrito Federal.***

*Faz-se a busca da justiça social através da valorização do trabalhador dissociado das condições de acesso à terra e que, pelas vias normais do mercado, jamais se tornaria um proprietário rural. **Lógica oposta implica na conclusão inarredável de que a lei possa estabelecer condição impossível, ou seja, que em um procedimento licitatório o agricultor sem terra possa concorrer em igualdade de condições com um rico empresário.***

*Resulta pois da dicção constitucional e infra-constitucional, que aos beneficiários da distribuição de terras serão outorgados, em caráter definitivo, o título de domínio, via compra e venda, e, em caráter precário o título de concessão de uso, diretamente, **isto é, descartada a via oblíqua da licitação.***

Posto isto, face ao direito colacionado e às razões deduzidas, o processo de titulação das terras públicas rurais pertencentes ao Governo do Distrito Federal, Terracap e União, via licitação, resulta inoportuno e injusto.

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei nº 2.925, de 2008.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe agora a esta Comissão, consoante o disposto no art. 32, inciso XVIII, alínea “r”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, manifestar-se sobre o mérito da proposição.

A Constituição Federal, em seu art. 3º, inciso I, estabelece, como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, **a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.** O texto constitucional, em outro dispositivo (art. 6º) , discrimina os **direitos sociais**,

figurando, entre estes, o **acesso ao trabalho e à moradia**. Nesse contexto, é possível afirmar que a concretização dessas diretrizes no plano da vida real dos cidadãos brasileiros é fator indispensável para conferir efetiva densidade ao princípio constitucional de maior significado jurídico-social do ordenamento normativo pátrio: **o princípio da dignidade da pessoa humana**, que figura como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, inciso III, da C.F.).

Com efeito, não é possível imaginar a construção de uma sociedade justa sem atenção à dignidade da pessoa humana e esta, por sua vez, **não se concretiza sem acesso do cidadão ao trabalho e à moradia dignas**.

A pretensão principal contida no Projeto de Lei nº 2.925, de 2008, apresenta inquestionável harmonia com as considerações anteriores, **tendo em vista que, ao mesmo tempo, visa assegurar acesso ao trabalho e à moradia**, o que reafirma o princípio da dignidade da pessoa humana.

A alienação de áreas públicas rurais, defendida pela proposição fundamenta-se, além das anteriores diretrizes, **na função social da terra**, tutelada no art. 186 da Constituição Federal.

O projeto de lei em exame, com o propósito de evitar desvirtuamentos na pretensão social defendida, institui criteriosa sistemática de requisitos para efetivação da alienação das áreas públicas rurais do Distrito Federal, merecendo ser destacado o requisito, constante do seu art. 3º, inciso IV, **que exige comprovação de que o futuro adquirente resida na gleba rural, além de nela produzir, há mais de cinco anos**. Em outro dispositivo, a proposição prescreve que as áreas a serem alienadas não poderão ser superiores a 300 (trezentos) hectares (art. 4º), o que impede a criação de latifúndios. Ainda no campo dos requisitos, a proposição, em seu art. 6º, inciso I, **prevê a possibilidade de reversão ao patrimônio público do imóvel alienado, caso o adquirente não cumpra adequadamente o Plano de Utilização do Imóvel**.

Todos esses elementos atestam a nítida pretensão de cunho social do Projeto de Lei nº 2.925, de 2008.

Dessa forma, por todo o exposto, manifestamo-nos **pela aprovação** do Projeto de Lei nº 2.925, de 2008, com fundamento no art. 129, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado TADEU FILIPPELLI
Relator